

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.187.644 - SP (2017/0266218-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **ARCOR DO BRASIL LTDA**
ADVOGADOS : **CARLOS CAMPELLO DE MENEZES**
JÚLIA SCHLEDORN DE CAMARGO - SP173203
GUILHERME ENRIQUE MALOSSO QUINTANA - SP299392
ALINE KARINA DUARTE SACILOTTO E OUTRO(S) - SP369007
AGRAVADO : **BLANCO PUBLICIDAD & MARKETING LTDA.**
ADVOGADOS : **MARCELO MENIN** - SP153342
RODRIGO ALEXANDRE LAZARO PINTO E OUTRO(S) - SP235177

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto por ARCOR DO BRASIL LTDA. contra decisão que inadmitiu o recurso especial por inexistência de omissão e incidência da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 1.580/1.581).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 1.519):

- Compra e venda de brinquedos - Ação monitória - Tratando-se de processo digital, o prazo para resposta flui da liberação da certidão de citação do oficial de justiça, assinada eletronicamente, nos autos digitais - Embargos monitórios e reconvenção apresentados fora do prazo - Reconhecimento da revelia da ré - Extinção da reconvenção, sem solução de mérito.
- Não houve cerceamento de defesa, porque o julgamento do processo não dependia da produção de outras provas - Apelo não pode servir como sucedâneo de peça de defesa, muito menos de reconvenção - Revel não pode requerer produção de provas sobre fatos não relatados na inicial.
- Prova da existência do contrato, com a adoção da cláusula FOB, de que os produtos foram inspecionados na origem, tendo atendido às normas internacionais de adequação e segurança, e de que foram remetidos e entregues à ré, nas quantidades inicialmente previstas - Ausência de prova do respectivo pagamento - Pedido procedente - Recurso não provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 1.545/1.546).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 1.548/1.564), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente asseverou violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, entendendo que houve omissão em relação ao caráter satisfativo da cautelar e necessidade de produção de prova.

Alegou ofensa aos arts. 183, § 1º, e 241, II, do CPC/1973, pois o prazo para os embargos monitórios e reconvenção começa a correr a partir da citação por oficial de justiça, após a juntada do mandato cumprido aos autos do processo, havendo justa causa quando a informação constante em *site* do Tribunal está incorreta, gerando confusão.

Considerou infringido o art. 808, III, do CPC/1973, uma vez que a produção antecipada de prova, requerida em cautelar, tinha caráter satisfativo, não sendo vinculada a outro processo.

No agravo (e-STJ fls. 1.584/1.605), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Houve contraminuta (e-STJ fls. 1.610/1.620).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC/1973.

Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo juízo.

Desse modo, não assiste razão à parte recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos nos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973.

Além do mais, não há nulidade no acórdão recorrido, o qual possui fundamentação suficiente à exata compreensão das questões apreciadas.

A respeito do termo inicial do prazo, os julgadores assim decidiram (e-STJ fl. 1.522):

O artigo 241, II, do Código de Processo Civil então vigente dispunha que “começa a correr o prazo, quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data da juntada aos autos do mandado cumprido”, e o artigo 1.251, caput, dos Provimentos nºs 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral da Justiça deste Tribunal, ao tratar do processo digital, estabelece que, “quando a citação ou intimação for realizada por oficial de justiça, ao receber o mandado positivo, o ofício de justiça procederá à sua digitalização e liberação nos autos e, ato contínuo, liberará a certidão do oficial de justiça, por este assinada eletronicamente, momento a partir do qual se considera juntado o mandado aos autos digitais, para fins de contagem de prazo” (grifo nosso).

Referidos dispositivos deixam claro que, no processo digital, os prazos fluem desde a data da liberação da certidão do oficial de justiça, assinada eletronicamente, nos autos digitais, não da data indicada no mandado ou da data da sua juntada ao processo.

No caso, a certidão do oficial de justiça, dando conta da citação da ré, foi liberada nos autos digitais, devidamente assinada, no dia 21.10.2014 (fl. 279), iniciando-se daí a contagem do prazo para resposta, que fluiu até o dia 05.11.2014.

Os embargos monitórios e a reconvenção da ré, no entanto, só foram protocolados em 12.11.2014 (fls. 281 e 739), sendo inequívoca, portanto, a sua intempestividade.

A alegação da ré, de que constou informação equivocada no site deste Tribunal, não a socorre, porque as informações indicadas na fl. 1391 do apelo (fotocópia do extrato de acompanhamento processual) estão corretas: a certidão do oficial de justiça foi juntada aos autos digitais no dia 21.10.2014, tal como a sentença concluiu.

Referido fundamento, relativo à existência de provimento do Tribunal que fixa o termo inicial do prazo, não foi impugnado. Assim, remanescendo sem combate fundamento suficiente à manutenção das conclusões do acórdão recorrido, incide o óbice da Súmula n. 283 do STF.

Deveria a parte interessada ter demonstrado que inexistiria validade e eficácia de provimento da Corregedoria, norma que especifica a atuação em processo eletrônico, frente à legislação federal.

Acerca de informação correta ou incorreta no site do Tribunal, concluir diversamente do acórdão demandaria reexame de elementos de prova, inviável em recurso especial, de acordo com a Súmula n. 7 do STJ.

Sobre a produção antecipada de prova, requerida em cautelar de caráter satisfativo, os julgadores destacaram (e-STJ fl. 1.523):

Não houve cerceamento de defesa, porque o julgamento do processo não dependia da produção de outras provas.

Embora a revelia, por si só, não impeça o revel de especificar provas e requerer a sua produção, em momento oportuno, nem o exame dos documentos juntados por ele no curso do processo, a apelação não pode servir como sucedâneo da peça de defesa, muito menos da reconvenção, porque, não há espaço, em grau de recurso, para discussão de questões fáticas não propostas no juízo inferior, sem prova de que a parte deixou de fazê-lo por motivo de força maior (artigo 517, do Código de Processo Civil).

Depois, a prova porventura requerida pelo revel só pode incidir sobre fatos constantes da petição inicial. Claro, se a defesa (e, neste caso, a reconvenção) não podem ser conhecidas, em razão de sua intempestividade, não pode haver produção de prova de fatos alegados somente em tais peças.

Sendo assim e considerando que a petição inicial se limitou a requerer o pagamento do preço devido pela entrega das mercadorias discriminadas nas notas fiscais de fls. 141/274, não havia por que o Juiz de 1º Grau deferir a produção de prova técnica sobre a qualidade dos produtos, inicialmente requerida em ação cautelar de produção antecipada de prova (processo nº 1005531-59.2014.8.26.0099 - fls. 308/322), ou sobre possíveis lucros cessantes sofridos pela ré, fatos alegados nos embargos monitórios e na reconvenção, nem a produção de prova oral, visto que não há dúvida quanto à existência do contrato, a entrega dos produtos e as obrigações das partes, notadamente a obrigação da ré de pagamento do preço.

O fundamento relativo à necessidade das provas estarem ligadas aos fatos constantes da petição inicial, em se tratando de réu revel, não sofreu a devida impugnação, mesmo que se alegue que a cautelar teria caráter satisfativo, pois tal fato não afasta a revelia. Aplicação da Súmula n. 283 do STF.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator